

A verdade sobre a rolagem da dívida pública

JORNAL DO BRASIL

CIBILIS VIANA *

A dívida é dos estados e não dos bancos estaduais. Por desinformação, as notícias dão a entender estarem os bancos estaduais com dificuldades para colocar no mercado seus papéis, o que não é verdade. Os bancos estaduais são gestores da dívida pública estadual. Por um artifício engenhoso, as autoridades monetárias transferiram aos bancos estaduais a responsabilidade pelo giro desses papéis. Se não conseguem colocar os papéis do estado, eles serão penalizados com débito em suas reservas do montante não rolando; e se não forem elas suficientes, os bancos ficam insolventes e passíveis até de intervenção. Total absurdo! Os bancos serem penalizados ao invés dos estados. Tudo isso porque é fácil estrangular os bancos estaduais, ao passo que penalizar governos estaduais envolve grave problema político.

O Banco do Estado do Rio de Janeiro — Banerj — não teve e não tem problemas de liquidez. Encontrou dificuldades momentâneas, sim, de rolar os papéis do estado, justamente porque os bancos privados, que neles aplicavam seus recursos, sofreram aperto de liquidez imposto

pelo Banco Central, que elevou consideravelmente o recolhimento compulsório sobre todos os depósitos bancários, à vista, a prazo e de poupança. O Banco Central não só elevou a taxa de recolhimento — de 50 para 100% dos depósitos à vista; de 15 para 20% da poupança; de 20 para 30% de depósitos a prazo — como mandou aplicar esses novos percentuais não somente sobre os aumentos de depósitos, mas sobre os estoques, isto é, sobre os saldos dos depósitos. Os bancos privados ficaram sem recursos e não puderam mais aplicar em títulos estaduais, e os que o fizeram cobraram taxas excessivamente elevadas.

O Banco Central agiu como sempre o fez nesses casos, trocando títulos estaduais por letras de sua emissão — LBC — operação de rotina, que não tem nada de anormal e tranquiliza o mercado. O Banerj não precisou renovar integralmente a operação de troca, que venceu na última terça-feira (dia 20), o que demonstra a sua credibilidade junto ao mercado.

Essas dívidas mobiliárias dos estados, que montam hoje cerca de R\$ 10 bilhões, surgiram no tempo do chamado milagre, estimuladas pelos governos da ditadu-

ra, para criar um mercado de títulos que pudessem ser usado como instrumento de política monetária ou simplesmente para financiar obras desnecessárias e promocionais, sustentar a idéia de prosperidade, enfim, financiar o desperdício.

Os governos democráticos eleitos pelo voto popular nos estados não fizeram novas emissões. Pelo contrário, a partir do controle da dívida mobiliária pelo Senado Federal, a cada vencimento, os estados ficaram obrigados a resgatar parte da dívida. O Estado do Rio de Janeiro era obrigado a resgatar 10% do valor dos títulos vencidos e, hoje, essa percentagem é de 7%.

O governo federal consolidou as dívidas contratuais dos estados, mas não enfrentou o problema da dívida imobiliária. O governo Collor acenou com essa possibilidade, provocando uma inédita reunião de governadores que aplaudiram entusiasticamente a anunciada medida, mas não teve autoridade política para concretizá-la. Mas é um desafio que cedo ou tarde terá que ser enfrentado para dar tranquilidade aos novos governantes estaduais.

* Secretário de Economia e Finanças do Rio e presidente do Banerj